

## Impressos da instrução pública no império brasileiro sob as lentes da Filologia

### *Prints of the public instruction in the brazilian empire from a philological view*

Suzana Lopes de Albuquerque\*  
Instituto Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil

Carlota Boto\*\*  
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

**Resumo:** O presente trabalho visa trazer visibilidade aos embates envolvendo a atuação dos irmãos portugueses Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875) e José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha (1810-1879) no campo dos impressos destinados à instrução pública primária e secundária no Império brasileiro, enfatizando a atuação do português José de Castilho e as disputas envolvendo a adoção de seu livro *Iris Classico* (1859) em diferentes províncias brasileiras. O trabalho *Orthographia portuguesa e missão dos livros elementares; correspondência oficial, relativa ao Iris Classico* (1860) foi escrito por José de Castilho para responder às críticas. Abordando a temática da circulação de impressos em Portugal e no Brasil, o presente artigo analisa o engendramento de territórios, saberes e métodos em um contexto de internacionalização de ideias pedagógicas. Em tal impresso, destinado aos alunos do ensino secundário brasileiro, estavam apresentadas discussões da filologia, uma vez que José de Castilho defendia a língua vernácula e o purismo português, na contramão da “invasão da barbárie” dos “alienígenas” franceses. Tais adjetivos pejorativos utilizados pelo português para caracterizar as matrizes francesas no ensino da leitura e escrita no Império brasileiro denotam o espaço de embates, lutas e resistências presentes no campo da filologia brasileira oitocentista, em um contexto de construção da língua nacional brasileira.

**Palavras-chave:** Castilho. História da educação. Ensino. Impressos. Instrução.

**Abstract:** The present work aims to bring visibility to the conflicts involving the work of the portuguese brothers Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875) and José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha (1810-1879) in the field of the primary and secondary public education in the Brazilian Empire, emphasizing the performance of portuguese José de Castilho and the disputes involving the adoption of his book *Iris Classico* (1859) in different brazilian provinces. The portuguese work *Portuguese orthography and mission of the elementary books; official correspondence concerning Iris Classico* (1860) was written by José de Castilho to answer the criticisms. Addressing the issue of the circulation of printed matter in Portugal

---

\* Professora do Instituto Federal de Goiás, Câmpus Goiânia Oeste, doutoranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Qualificação para Servidores do IFG (PIQS); suialopes@hotmail.com

\*\* Professora titular da Faculdade de Educação da USP, pesquisadora produtividade do CNPq (bolsa PQ 1D), pedagoga e historiadora, mestre, doutora e livre-docente pela USP. É autora, dentre outros, dos livros *A liturgia escolar na Idade Moderna*, publicado pela Editora Papyrus, *A escola do homem novo e Instrução pública e projeto civilizador*, ambos publicados pela Editora Unesp; reisboto@usp.br

and Brazil, this article analyzes the engenderment of territories, knowledge and methods in a context of internationalization of pedagogical ideas. In this work, addressed to students of the Brazilian secondary education, discussions of philology were presented, since José de Castilho defended the vernacular language and the Portuguese purism against the “invasion of barbarism” of the French “aliens”. These pejorative adjectives used by the Portuguese language to characterize French matrices in the teaching process of reading and writing in the Brazilian Empire denote the space of struggles and resistances present in the field of nineteenth-century Brazilian philology, in a context of Brazilian national language construction.

**Keywords:** Castilho. History of education. Teaching. Prints. Instruction.

## 1 INTRODUÇÃO

A saga dos incansáveis irmãos portugueses Antônio Feliciano de Castilho e José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha por um espaço no campo de circulação dos impressos sobre instrução pública no século XIX brasileiro foi registrada em diferentes fontes das diversas províncias, como a de Goiás e da corte brasileira. Abelardo Duarte (1961), por exemplo, mencionou as dimensões dos conflitos entre dois irmãos alagoanos com Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875), o que teria sido noticiado inclusive no jornal *Diário das Alagoas* (1859), quando os alagoanos Ignacio Joaquim Passos e seu irmão José Alexandre Passos eram ainda redatores.

Ao expor tais conflitos com Antônio Feliciano de Castilho, Abelardo Duarte (1961) registrou as polêmicas sobre a discordância do filólogo alagoano José Alexandre Passos no que diz respeito à adoção do *Método Português-Castilho para o ensino rápido e aprazível do ler, escrever e bem falar*, de Antônio Feliciano de Castilho, na província alagoana. Tais conflitos decorreram de um motivo político, uma vez que o irmão de José Alexandre Passos, o professor Ignacio Joaquim Passos, perdeu sua cadeira interina de professor de Retórica do Liceu de Maceió para Francisco José Soares, o qual havia sido escolhido pelo presidente da província para frequentar o curso ofertado pelo poeta e filólogo português no Rio de Janeiro.

Antônio Feliciano de Castilho tornou-se referência internacional, a partir de meados dos anos cinquenta, no debate sobre métodos de ensino no mundo luso-brasileiro. Os estudos de Castilho representaram um modelo para o ensino de primeiras letras no Brasil; fato é que relatório apresentado à presidência da província de Alagoas, em 1857, pelo primeiro diretor da instrução pública, Silva Titara, assinala que “trazia a novidade de se estar ensaiando em uma escola da capital o método chamado de Leitura Repentina, de Antônio Feliciano de Castilho. Para estudá-lo no Rio de Janeiro, onde se achava o autor do método, o governo comissionou o professor José Francisco Soares, que era talvez o mais abalizado preceptor da Província” (Costa, 1931, p. 13).

O que Abelardo Duarte não deixou registrado em seu escrito sobre a história do liceu alagoano foi a polêmica envolvendo o “outro” Castilho - José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha (1812-1879). Se o embate envolvendo Antônio Feliciano de Castilho decorreu do juízo acerca da obra *Método Português-Castilho para o ensino rápido e aprazível do ler, escrever e bem falar*, o embate com José de Castilho decorreu da avaliação

FLP20(1)

sobre o livro elementar *Iris Classico*, datado de 1859, de autoria do filólogo José de Castilho.

O livro elementar *Iris Classico*, do português José de Castilho, circulou em diferentes províncias brasileiras, sendo adotado no Colégio Pedro II, na corte brasileira.

[...] Já hoje consta haver sido adotado, para o sobredito fim, pelas províncias da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas, Pará, Paraíba do Norte, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe, e bem assim pelo Conselho da Instrução Pública da corte e Colégio Pedro II, apressei-me a submeter igualmente essa obra ao alto juízo dessa presidência, sem todavia pedir, como inexatamente se insinua, que a província das Alagoas lhe liberalizasse iguais distinções. (Noronha, 1860, p. 15)

Esse impresso foi destinado aos alunos e mestres das escolas brasileiras, sendo conceituado pelo seu autor como “uma plantinha humilde, disposta e cultivada de propósito para vós, e que, formada de sem números de enxertinhos de grandes e boas árvores, não pensa em se afrontar com alguma delas, senão que ainda se ufanará se a tomardes como ramallete” (Noronha, 1859, p. 5).

Essa obra é composta de vários excertos de textos clássicos destinados aos meninos das escolas de diferentes províncias brasileiras, denominados de “amiguinhos” por José de Castilho. Esse termo, segundo Oliveira e Campos (2016), aproximava o autor do interlocutor em uma relação de confiança.

O tom valorativo com que o autor se dirige a seus interlocutores representa, por outro lado, o perfil juvenil dos alunos – não podemos nos esquecer de que esse *Iris Classico* foi utilizado no primeiro ano do secundário, com meninos de menos de dez anos de idade, que estavam sendo inseridos em um sistema de ensino clássico. (Oliveira, Campos, 2016, p. 1486)

Em sua escolha por excertos de textos clássicos, era “mister que em vez de obras longas, e já só por isso fastidiosas, se lhes dêem estes trechos grandes em sua mesma pequenez – pedras preciosas de elevado valor em diminuto volume” (Noronha, 1860, p. 31). A presença desse debate no campo instrucional das primeiras letras e do ensino secundário, especificamente do ensino de português, remeteu-nos ao diálogo com o campo da Linguística, em uma explanação histórica de um período em que começavam a moldar-se as bases de um pensamento linguístico nacional brasileiro.

Com efeito, dois fatos políticos dos Oitocentos, de grande repercussão para a vida cultural do Brasil, criaram o ambiente favorável para que os naturais da terra se interessassem em escrever textos descritivos e normativos – bem mais normativos do que descritivos, saliente-se – sobre a língua portuguesa: a transferência da Corte para o Novo Mundo e a declaração de independência da colônia em 1822. (Cavaliere, Palma, 2014, p. 4)

Os embates envolvendo os irmãos Castilho residiam nesse contexto de construção de uma língua nacional brasileira, momento em que estavam latentes as lutas no campo dos impressos para a instrução pública e também no campo literário.

FLP20(1)

José de Castilho enquanto jornalista e filólogo atuou na cena literária e política imperial – “haja visto seu papel como editor e redator da revista *Íris* e a polêmica que travou com José de Alencar nas páginas do periódico *Questões do Dia* –, mas também, polígrafo que foi, desenvolveu trabalhos como filólogo e latinista” (Vieira, 2010, p. 71).

Na defesa pelo ensino do clássico e da língua vernácula<sup>1</sup> portuguesa em solo brasileiro, José de Castilho recebeu críticas do filólogo alagoano José Alexandre Passos, em uma douda luta literária, e ainda críticas e adjetivos pejorativos dos primeiros literatos tipicamente brasileiros, como José de Alencar.

Por mais que José de Castilho anunciasse como um de seus primeiros registros no prólogo da obra *Orthographia portuguesa e missão dos livros elementares; correspondência oficial, relativa ao Iris Classico* (1860), que não estava em sua “mente empenhar-se no que pareça uma luta literária com tão doutos antagonistas” (Noronha, 1860, p. 17), é notável um posicionamento permeado por uma defesa apaixonada pelo clássico português “puro” no campo da filologia e dos impressos da instrução no século XIX no Brasil, em um momento de constituição do português abasileirado, inclusive recebendo influências de outras línguas, como o francês, que ele próprio denominou de “alienígena” em um ato de “invasão da barbárie” no campo da filologia. A filologia é compreendida como o estudo das línguas, ou de uma língua especificamente, sob a perspectiva tanto de sua história literária quanto de sua gramática; sendo interpretada basicamente como uma ciência da linguagem.

## 2 IRMÃOS CASTILHO: REJEIÇÃO EM SOLO BRASILEIRO

O impasse entre o alagoano José Alexandre Passos e José de Castilho nos remonta a um novo espaço, não mais o de primeiras letras, como o impasse com Antônio Feliciano de Castilho, mas o espaço do ensino da língua portuguesa na instrução secundária brasileira.

Se o manual de Antônio Feliciano de Castilho era destinado ao ensino da leitura e escrita para as crianças, o livro dirigido aos “amiguinhos” de José de Castilho era destinado aos alunos já adiantados nesse processo de leitura, para os “provectos”.

Cumpre, todavia, antes de passar avante, declarar que não compreendo bem o pensamento, quando se-diz que o *Iris* só serve para *meninos provectos*. É claro como a luz meridiana que ele não foi composto para servir de cartilha. Se assim fosse, teria de principiar, o que não sucedeu, pelo abecedário, e elementar combinação de letras e sílabas. Supõe esse livro que de antemão se prepararam os meninos para entrar ou se aperfeiçoar na leitura, depois que os rudimentos dela lhes forem familiares. (Noronha, 1860, p. 32)

A obra *Orthographia portuguesa e missão dos livros elementares; correspondência oficial, relativa ao Iris Classico* (1860) foi uma resposta elaborada por José de Castilho, em 15 dias, acerca das críticas que ele recebera do filólogo alagoano José Alexandre Passos,

<sup>1</sup> Língua vernácula, de acordo com Elia (2000, p. 91), é a “língua materna de uma comunidade, mantida longe do contato com qualquer outra língua estrangeira. Na sua forma substantivada do gênero masculino, *vernáculo* significa a feição ‘pura’ do falar materno”.

objetivando aprimorar a escrita dos “amiguinhos” a partir dos clássicos excertos de seu ramalhete *Iris*.

Nessa obra encontra-se uma defesa pelo ensino clássico e de um português “bem falado” etimologicamente, a ser ensinado de forma pura desde a tenra idade.

Importa, pois, muito que, desde o início dos estudos da puerícia, comece a prolação dos meninos por palavras verdadeiramente portuguesas, evitando as vozes estrangeiras; ouçam e leiam as frases dos nossos melhores escritores, e não os redundantes e híbridos períodos de muitas dessas versões que por aí andam, e em grande cópia: prendam-lhes a atenção os heróicos feitos, e as meritórias ações dos nossos maiores; estampem-se-lhes na memória fatos revestidos de moralidade; finalmente amenize-se e fertilize-se o estudo primário. (Noronha, 1860, p. 38)

Na defesa das acusações recebidas pelo alagoano Passos sobre sua ortografia, José de Castilho evocou grandes “homens do saber” que grafavam, de certa forma, segundo as mesmas regras etimológicas que ele tinha adotado no *Iris Classico*.

Direi ora que eruditíssimas bocas têm repetido igual conselho; por exemplo: Duarte Nunes de Leão, Álvaro Ferreira de Vera, Madureira, R. Ferreira da Costa, Tristão da Cunha Portugal, os autores do Dicionário da Academia, Figueiredo Vieira, P. J. da Fonseca, morgado de Mateus, Filinto, Garrett, e inúmeros outros, para não citar senão os mortos. (Noronha, 1860, p. 78)

Dentre esses inúmeros nomes ilustres, alguns tiveram excertos publicados no *Iris Classico*. Na concepção de José de Castilho, para escrever-se etimologicamente com correção, não seria exigido que o escritor soubesse latim, etc.; antes, que soubesse a sua língua como “os doutos lha houverem delineado” (Noronha, 1860, p. 84), posicionando-se assim pelo retorno aos clássicos na defesa da língua vernácula, por um melhoramento que vislumbrava ligá-la “intimamente à língua-matriz” (Noronha, 1860, p. 93).

O que estava em xeque nessas doudas disputas literárias era também o nascente e latente nacionalismo brasileiro que lograva espaço no campo instrucional e literário, vislumbrando uma independência com autores como os Castilho, ligados e representantes da Coroa Portuguesa em solo brasileiro. Vale pontuar que a dita obra *Iris Classico* foi oferecida ao Imperador e dedicada a “Sua Majestade, o Senhor D. Pedro Segundo Imperador do Brasil” (Noronha, 1860). Como José de Castilho defendia a tradição da manutenção da língua como legado de Portugal, aliando-se ao projeto da Corte lusitana nas diferentes esferas, política, instrucional, literária, dentre outras, sofreu ataques, recebendo, inclusive, nomeações como “gralha” e “mercenário”.

Não serei eu quem vá recordar, neste fúlgido momento, a triste e inócua campanha do tamborileiro mercenário que pretendeu vamente destruir a figura homérica do romancista patricio. Sabeis, decerto, que me refiro ao homem que Alencar, num instante de cólera olímpica, classificou de ‘gralha imunda’ ao medíocre José Feliciano de Castilho, cujo único valor literário consistia em ser o guia de um cego ilustre: o notável escritor português Castilho (Antônio...). (Lima, 1939, p. 3)

Os embates entre José de Alencar e José de Castilho foram registrados por Filgueiras Lima (1939), rendendo a Castilho a acusação de receber dos cofres públicos, de forma mercenária, subsídios para registrar uma oposição à literatura portuguesa, especificamente brasileira, que estava sendo construída naquele momento.

O Gabinete Rio Branco, como o anterior, de Itaboraí, recebeu de cheio os golpes vibrados pelo formidável batalhador, golpes aos quais respondeu com aquela triste campanha difamatória sustentada pelos cofres públicos e dirigida, intelectualmente, pelo mercenarismo de José Feliciano de Castilho. [...] Nunca recorri a penas mercenárias (alusão a Castilho) para atirar aos meus antagonistas o estigma que não tivesse a coragem de lançar em rosto; nunca. (Lima, 1939, p. 8-9)

A questão da instrução, ortografia e literatura em um contexto de busca pela identidade nacional e libertação intelectual de Portugal passou a ser o cerne das oposições aos irmãos Castilho, partindo de alguns professores de liceus, de Escolas Normais e de primeiras letras de diferentes províncias brasileiras.

Dessa forma, o embate envolvendo, no campo da filologia, protagonistas como o alagoano José Alexandre Passos, encontrou respaldo em literatos como José de Alencar, o qual, no caminho da emancipação da vernaculidade lusitana, aspirava “aquele perfume de liberdade que sentia nas flores de nossos campos, integrado no seu meio e raça” (Lima, 1939, p. 3).

### **3 DEFESA DE JOSÉ DE CASTILHO PELA LÍNGUA VERNÁCULA E PURISMO: OPOSIÇÃO AOS “ESTRANGEIROS” E “ALIENÍGENAS” E À “INVASÃO DA BARBÁRIE”**

FLP20(1)

A partir de uma teoria positivista e naturalista, José de Castilho entendia a língua, seu principal objeto no *Iris Classico*, como um organismo vivo que nascia, evoluía e morria; reconhecendo as transformações pelas quais passavam as línguas, temia assim, “a consequência natural dessa evolução: a morte” (Leite, 2006, p. 51).

As línguas são como os rios, que nascem pobres, se aumentam em caudais à proporção que se alongam da matriz, até que ao final, avizinhandose ao mar, paradoro comum, já não são na sinceridade e doçura as mesmas, nem já quase lhes quadra o antigo nome; são mais ricas, mais poderosas, mas não porventura tão belas. (Noronha, 1859, p. 6)

Nessa concepção evolucionista das línguas, José de Castilho explicitou a defesa pela tradição dos estudos clássicos dos “jardins da linguagem”, defendendo o espaço do estudo do vernáculo no campo da construção da língua portuguesa em um contexto de construção da nação brasileira, na contramão dos movimentos da adoção dos estrangeirismos.

Se perdas alheias nos pudessem consolar das nossas, de sobra tínhamos para alívio nos estragos e paupéries que o mesmo francês está ocasionando nas duas outras gentilíssimas línguas irmãs da nossa, a italiana e a espanhola. Este fenômeno tão geral confirma o que, pouco há, aventávamos: que os idiomas tendem, convergindo, a unificarem-se. Embora seja assim; mas nesta delicada matéria da construção da frase nacional, é que melhor cabe, e mais se deve, não ceder senão pelejando,

não nos deixarmos ir para o futuro, sem relutarmos varonilmente para o passado. (Noronha, 1859, p. 13)

Ao encontrar nos textos do passado clássico, a chave para o futuro, objetivava criar bons cidadãos, amantes da linguagem; assim, percebe-se no discurso do autor, na abertura do compêndio *Iris Classico*, a destinação de sua fala “aos amiguinhos” com a preocupação sobre o estudo da língua. Desde o prefácio, a questão filológica assumia “a altura, as dimensões e a importância de questão social e humanitária” (Noronha, 1859, p. 7).

Pelos tempos que vão correndo, por boa estrela tenho, apesar de nossas tranquilas dissidências, ver que os espíritos cultivados e superiores aplicam atenções ao que é já irracional moda desdenhar. O mundo novo é o herdeiro e continuador do mundo velho. Nossas riquezas, em letras, em ciências, em progresso, em sabedoria, no grande, no útil e no belo, embora engrossada por inúmeros regatos adventícios, trazem da Grécia e Roma o seu manancial. Por fortuna, o idioma entre nós falado nasce dessas puras e admiráveis fontes. Ninguém melhor que o português pode ufanar-se de que nele o latim não vive, mas sobrevive. Para aumentar esse título, e progredir em audaz e patriótico retrocesso, afigura-se-me que esta reforma ortográfica talvez possa contribuir. (Noronha, 1860, p. 156)

O autor do *Iris Classico* encontrava no passado clássico e no estudo do vernáculo a chave para o futuro, para a criação do novo homem e da nova nação; nessa perspectiva, anunciara que “não raro, o progresso está no retrocesso, porque o progredir em caminho errado é afastar cada vez mais do alvo da jornada” (Noronha, 1852, p. 24). Dessa forma, fica explícito o seu objetivo do “retemperar da língua, tão ameaçada de dissolução, apresentando modelos de puro dizer” (Noronha, 1852, p. 29).

Temendo a “morte” da língua portuguesa como último estágio desse quadro evolutivo, podemos pensar na preocupação de José de Castilho com a sobrevivência do português pautado na vernaculidade da língua apegada ao retorno aos clássicos. Pode-se pensar no filólogo José de Castilho, a partir dos estudos de Leite (2006, p. 51), adotando uma postura de

radicais de “preservação da época de ouro” do desenvolvimento da língua portuguesa: o classicismo. O que se revelou na defesa exagerada da norma escrita literária, a única reconhecida como “boa”, “pura” e “perfeita” e, que, portanto, não deveria ser contaminada pela língua vulgar falada do povo, ignorante das regras gramaticais e do léxico. A língua “estiolada do vulgo” encaminhava-se para a morte, o que deveria ser evitado a todo custo. (Leite, 2006, p. 51)

Ao anunciar que “o culto da língua de nossos pais é um dever da grande herança, uma quase-religião, um dos predicados do amor da pátria, um sentimento nobre” (Noronha, 1860, p. 22), José de Castilho deixou registrado explicitamente seu amor à língua portuguesa pura, porque “a considero admirável; amo-a também, porque foram esses os sons que a meus ouvidos esvoaçaram, desde que à luz da razão se abriram meus olhos” (Noronha, 1860, p. 23).

Tal amor pela língua portuguesa e pelo purismo conduziu José de Castilho a um ataque ao “vocabulário alienígena” (Noronha, 1860, p. 23) por parte dos “filhos pródigos” que a dissipavam. José de Castilho advertiu que a “convivência incestuosa

com as outras línguas, especialmente francês, vai-nos, uma a uma, despojando de todas essas belezas” (Noronha, 1852, p. 28), sugerindo que “se os diretores da instrução não comandarem cruzadas contra esta invasão da barbárie, vão preparando epitáfio para o nobre idioma, subterrado em aluviões de termos, frases, locuções, construções, antípodas do seu gênio” (Noronha, 1852, p. 28).

Podemos contextualizar essa preocupação de José de Castilho no momento histórico trazido por Leite (2006) como o purismo, que consistia na metalinguagem com a preocupação com o “bom português”, que veio a lume no começo do século XIX; tendo como objetivo combater os galicismos da escrita francesa, via um Romantismo que combatia os estrangeirismos, a valorização do vernáculo e utilização da linguagem regionalista.

A metalinguagem reacionária à mudança, o purismo, elaborada nessa época no Brasil e, pode-se dizer, até às vésperas do Modernismo, tem as mesmas características daquela iniciada no século XVIII. Somente a partir de 1922, tal situação começou a ser transformada quando a força da bandeira modernista – a ruptura com o passado – promoveu uma reforma no panorama linguístico brasileiro, por propugnar a valorização da variante da língua praticada aqui. (Leite, 2006, p. 27)

Dessa forma, o purismo vinculou-se ao conceito de vernáculo. Segundo Restaino (2005), o estudo do vernáculo adquiriu prestígio no final do Império e permaneceu em ascensão durante a República Velha; nesses períodos foram difundidos “em todo o mundo, o ideário do nacionalismo e o vernáculo foi um dos meios de garantir o sentimento nacional” (Restaino, 2005, p. 1).

Nesse campo de poder instaurado na constituição de uma nação e de um projeto de instrução pautado em diferentes disciplinas escolares, observa-se uma tensão no contexto da produção, circulação e adoção de impressos no campo da instrução pública brasileira no século XIX. Ao destinar a obra *Iris Classico* para os mestres e alunos das escolas brasileiras, o autor português José de Castilho lançou-se no campo da produção de livros elementares, para que os “amiguinhos” e seus mestres encontrassem no passado clássico a força para o “retemperar da língua, tão ameaçada de dissolução, apresentando modelos de puro dizer” (Noronha, 1860, p. 29).

Em um momento de construção do nacional brasileiro, vislumbrava, pela via do retorno aos clássicos oferecidos pelo seu ramalhete *Iris Classico*, um mundo culto e civilizado aos filhos da elite brasileira.

Parece um engano dos autores produzir um livro de leitura que mantém, no momento de valorização do nacional e do ensino científico, textos que representam a cultura clássica, no entanto, devemos nos recordar que nosso ensino era extremamente elitista e a cultura das humanidades clássicas era um bem precioso para os filhos da elite tornarem-se homens do mundo civilizado, mesmo que essa cultura fosse apenas superficial. (Restaino, 2005, p. 1)

Os diversos “enxertinhos” visavam manter a tradição do ensino do vernáculo, “prezando a leitura dos clássicos portugueses como a melhor forma de incutir nos alunos a norma culta” (Razzini, 2000, p. 17). Nessa ligação entre culturas d’aquém e d’além mar, a adoção da obra de José de Castilho em solo brasileiro representou uma disputa no campo do sentimento nacionalista, o lusitano e o brasileiro, “sem deixar,

FLP20(1)

entretanto, que as futuras gerações de letrados perdessem o sentimento de pertencer ao mundo civilizado ocidental” (Bittencourt, 1993, p. 30).

Ao escrever sobre a antologia escolar brasileira do século XIX, Campos e Oliveira (2016) definiram o *Iris Classico* enquanto uma obra constituinte das aulas de Português no Colégio de Pedro II, adotado entre 1860 a 1869. Segundo os autores, tal obra integrava um dos materiais didáticos utilizados pelo professor no primeiro ano do ensino secundário, na disciplina de Gramática Nacional, tornando-se assim, “não apenas na perspectiva de leitura literária, mas também como espelho da língua a ser internalizada” (Campos, Oliveira, 2016, p. 2).

Segundo Câmara Jr. ([...], p. 317), a ausência de ensino universitário sobre a língua materna fazia com que os estudos linguísticos partissem dos professores no ensino secundário, permeado por problemas de norma e estética linguística.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perpassando os campos literários, dos clássicos, da pátria, da religião, dos valores morais, da ciência, da escrita, da língua, da instrução, etc., os irmãos Castilho engendraram no Império brasileiro suas marcas, de forma que, benquistos ou malquistos, não passaram despercebidos.

Se José de Alencar rechaçou o trabalho de José de Castilho, chamando-o de “gralha” e “mercenário”, o trabalho de Teles (2015) registrou a carta de Machado de Assis destinada a José de Castilho, em 1865, marcada por respeito, admiração e reconhecimento ao trabalho dos literatos irmãos portugueses.

Entre essas polêmicas, José de Castilho vislumbrava no retorno aos clássicos o desenho do Brasil nação, adotando o mundo novo como herdeiro e continuador do mundo velho. Em sua concepção naturalista de evolução das línguas, denunciou o perigo iminente de o português clássico ser dissolvido e morto pelos “galicismos” e “barbarismos”, apegando-se ao passado clássico, à pureza da língua vernácula portuguesa e ao retorno ao “mundo velho”, para encontrar respostas para o novo em construção, precavendo-se de “admitir como melhoramento toda e qualquer mudança precipitada, violenta, caprichosa, irrefletida, ou néscia, que se alvitre” (Noronha, 1859, p. 7).

Na defesa do velho perante o novo que estava sendo anunciado, os irmãos Castilho travaram embates no campo da instrução, sobre impressos para circulação nas escolas de primeiras letras e ensino secundário, sobre métodos de ensino de leitura e escrita, filologia, literatura, política, dentre outros, desenhando um projeto lusitano para o Brasil em formação.

Este artigo procurou reconstituir um desses embates, envolvendo, principalmente, o campo da filologia, a partir de protagonistas como o alagoano José Alexandre Passos e literatos como José de Alencar que, no caminho da emancipação da vernaculidade lusitana, e aspirando “aquele perfume de liberdade que sentia nas flores de nossos campos, integrado no seu meio e raça” (Lima, 1939, p. 3), trouxeram obstáculos à adoção dos impressos de Castilho no campo instrucional do século XIX.

FLP20(1)

José de Castilho compôs sua obra *Iris Classico* a partir de vários excertos de autores que comungavam desse espírito clássico, como os vários textos do Padre Antônio Vieira. O revisitar desse universo clássico estava engendrado em José de Castilho por um ideal civilizatório presente na defesa da universalização da língua via catequização e instrução. José de Castilho utilizou as obras do Padre Antônio Vieira, pois, pela via da moral cristã, trazia à tona um modelo de moral cívica condizente com o desejo de levar a reflexão aos estudantes “amiguinhos” acerca de temas como avareza, honestidade, contentamento com o lugar ocupado na sociedade, fidelidade à pátria, enfim; os textos de Vieira apropriados por José de Castilho são a máxima católica daquele período, que tinha como objetivo formar bons cidadãos.

Dessa forma, os irmãos Castilho deixaram registrados impressos que se tornaram materiais didáticos para os professores tanto das primeiras letras quanto do ensino secundário, logrando espaço para adoção e circulação no disputado e conflitante campo das mentalidades pedagógicas e literárias do século XIX no Brasil e em Portugal.

## REFERÊNCIAS

- Bittencourt CMF. Livro Didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1993.
- Câmara Jr. JM. Filologia. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português; [data desconhecida]. [citado 20 ag. 2017]. Disponível em: <http://llp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/1120.pdf>.
- Campos MIB, Oliveira ASS. Antologia escolar brasileira do século XIX: a presença do autor no preâmbulo. Fórum Linguístico. 2016;13(3):1476-1491.
- Cavaliere R, Palma DV. Plano de atividades para o biênio 2014-2016. São Paulo: Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL); 2014.
- Costa JC. Instrução Pública e Instituições Culturais em Alagoas. Maceió: EDUFAL; 2011.
- Duarte A. História do Liceu alagoano. Maceió: Divulgação do Departamento Estadual de Cultura; 1961.
- Elia S. A língua portuguesa no mundo. São Paulo: Ática; 2000.
- Leite MQ. Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; 2006.
- Lima F. Alencar e a terra de Iracema: conferência literária com um estudo sobre a vida e a obra de José de Alencar pronunciada. São Paulo: Auditório do Jornal A Gazeta; 1939.
- Noronha JFCB. *Iris Classico*, ordenado e oferecido aos mestres e aos alunos das escolas brasileiras. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert; 1859.
- \_\_\_\_\_. Orthographia portuguesa e missão dos livros elementares: correspondência oficial, relativa ao *Iris Classico*. Rio de Janeiro: Typ. e Livraria de B. X. Pinto de Sousa; 1860.
- Oliveira, Campos. Antologia escolar brasileira do século XIX: a presença do autor no preâmbulo. Fórum Linguístico. 2016;13(3):1476-1491.

FLP20(1)

Razzini MP. O espelho da nação: a antologia nacional e o ensino de português e literatura (1838-1971) [tese]. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas; 2000. [citado 03 jun. 2017]. Disponível em: [www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/tese21.html](http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/tese21.html).

Restaino HC. A trajetória do ensino de língua portuguesa e de leitura na escola da República Velha. Anais do 15.º Congresso de Leitura do Brasil; 2005. [citado 05 jul. 2017]. Disponível em: [www.alb.com.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais15/Sem08/hildarestaino.htm](http://www.alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais15/Sem08/hildarestaino.htm).

Teles ACS. Sobre uma carta de Machado de Assis a José Feliciano de Castilho (1865). Letrônica. 2015;8(1):195-204.

Vieira BVG. Um tradutor de latim sob D. Pedro II: perspectivas para a história da tradução da literatura greco-romana em português. Letras. 2010;80:71-87.

FLP20(1)